



MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REF. EDITAL Nº 01/2010- CONCURSO PÚBLICO

ADVOGADO

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 40 (quarenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 20	Conhecimentos Específicos
21 a 30	Língua Portuguesa
31 a 40	Legislação Municipal

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

ATENÇÃO

- 1- É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
- 2- Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
- 3- Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
- 4- Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
- 5- Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta.
- 6- Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
- 7- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
- 8- Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 9- Você dispõe de 3h (três) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- 10- Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 02h 45min (duas horas e quarenta e cinco minutos) decorridas do início da prova, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas assinada. As provas estarão disponibilizadas no site da AOCPC (www.aocpc.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
- 11- Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
- 12- Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
- 13- Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
- 14- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- (B) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- (C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (D) Será averbada em registro público a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- (E) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta.

- (A) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- (B) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta dos votantes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- (C) Decai em três anos o direito de anular as decisões da pessoa jurídica que tiver administração coletiva, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- (D) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador definitivo.
- (E) Não se aplica às pessoas jurídicas, a proteção dos direitos da personalidade.

QUESTÃO 03

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- I. os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- II. o direito à sucessão aberta.
- III. as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- IV. os materiais provisoriamente separados de um prédio que não serão reempregados.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- (B) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e se sub-roga nos direitos do credor.

- (C) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- (D) Só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu.
- (E) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

QUESTÃO 05

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- II. impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- III. legislar sobre a política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.
- IV. preservar as florestas, a fauna e a flora.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa correta. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) serviço postal.
- (B) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.
- (C) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (D) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.
- (E) comércio exterior e interestadual.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- (C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (D) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (E) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 08

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Perderá o mandato o Deputado ou Senador

- I. cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- II. investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
- III. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.
- IV. que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I, III e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 09

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.
- II. Somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- III. No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
- IV. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 60 (sessenta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas I, III e IV.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- I. não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- II. não ter, há menos de 3 (três) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- III. não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial.
- IV. não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas I, III e IV.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 11

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Constituição Federal aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Os servidores abrangidos por este regime de previdência serão aposentados

- I. por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- II. compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- III. voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas a seguinte condição: sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- IV. voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas a seguinte condição: sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos integrais ao tempo de contribuição.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas I, III e IV.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 12

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I. advertência.
- II. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas I, II e IV.
(C) Apenas II, III, IV.
(D) Apenas I e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 13

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
- (B) Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- (C) O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar suspenso o processo.
- (D) Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
- (E) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta.

- (A) O réu não pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- (B) Pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- (C) Oferecida a reconvenção, o autor reconvido será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- (E) Julgar-se-ão em sentenças distintas a ação e a reconvenção.

QUESTÃO 15

De acordo com a nova Lei do Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (B) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, somente uma delas poderá requerer o mandado de segurança.
- (C) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- (D) Será concedido o mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (E) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 5 (cinco) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (B) A taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, bem como ser calculada em função do capital das empresas.
- (C) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- (D) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- (E) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.

QUESTÃO 17

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

II. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre quinze dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

III. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas no Código Tributário Nacional ou em lei tributária.

IV. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I. omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.

II. fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

III. discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência.

IV. açambarcar, sonegar, destruir ou inutilizar bens de produção ou de consumo, com o fim de estabelecer monopólio ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 19

O intervalo interjornada é a pausa concedida ao trabalhador entre o final de uma jornada diária de trabalho e o início da nova jornada no dia seguinte. O intervalo mínimo entre uma jornada de trabalho e o início da nova jornada é de

- (A) 13 horas.
- (B) 12 horas.
- (C) 11 horas.
- (D) 10 horas.
- (E) 9 horas.

QUESTÃO 20

No Processo do Trabalho, das decisões do juiz nas execuções, cabe

- (A) agravo de petição.
- (B) recurso ordinário.
- (C) recurso de revista.
- (D) embargos.
- (E) agravo regimental.

LÍNGUA PORTUGUESA

Contran adia para 1º de setembro início da exigência da cadeirinha

Uso do dispositivo em automóveis iria ser obrigatório a partir de quarta (9). Órgão mudou data por causa da falta de cadeirinhas nas lojas.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) decidiu em reunião nesta terça-feira (8) adiar para o dia 1º de setembro o início do prazo para exigência da cadeirinha em automóveis em todo o país. De acordo com o órgão, a falta do produto nas lojas pelo aumento da procura justifica a alteração do prazo. A nova data será publicada no "Diário Oficial da União" de quarta-feira (9).

De acordo com o presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, foi constatada maior carência dos equipamentos no mercado em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, além de Brasília. "Consideramos a data 1º de setembro razoável para que o mercado seja abastecido", disse à Agência Estado. Ainda segundo ele, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o uso de cadeirinhas diminui em 70% o número de vítimas em acidentes de trânsito.

Em reportagem publicada nesta terça, o G1 constatou que alguns produtos estavam em falta por conta do início da exigência, principalmente em relação ao assento de elevação, para crianças entre 4 e 7 anos e meio. Esses assentos não têm encosto e são usados para que a criança fique na altura adequada para utilizar o cinto de segurança.

O uso dos dispositivos de retenção para transporte de crianças nos automóveis passaria a ser obrigatório a partir desta quarta em todo o país. A punição definida pelo Contran é de multa de R\$ 191,54 e sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Pelas novas regras, bebês de até um ano devem usar bebê conforto no banco de trás. Para crianças entre um e 4 anos, será obrigatória cadeirinha no banco de trás. De 4 a 7 anos e meio, as crianças devem ser transportadas em assento de elevação, sem encosto, no banco de trás, com cinto de segurança. De 7 anos e meio a 10 anos, é preciso estar no banco de trás com cinto.

De acordo com o presidente do Contran, o objetivo das regras para o transporte de crianças é educativo. "A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade do uso dos equipamentos".

A resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que obriga o transporte de crianças de até sete anos e meio em dispositivos de segurança é questionada pelo Ministério Público Federal (MPF). O órgão instaurou, no último dia 31 de maio, um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a

ilegalidade da resolução por excluir alguns tipos de veículos da obrigatoriedade.

O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo, de aluguel, de transporte autônomo de passageiro (táxis), aos veículos escolares e demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t.

O Contran afirma que a obrigatoriedade em veículos escolares será estudada para futura regulamentação, no entanto, não há prazo. No caso dos táxis, o órgão argumenta que a tendência no Brasil é não incluir esses veículos na obrigatoriedade, devido à própria dificuldade deles utilizarem o equipamento, já que transportam passageiros diversos.

Os ônibus estão fora da lista pelas próprias regras do Código Brasileiro de Trânsito, que permite que em veículos de transporte os passageiros fiquem em pé, assim os passageiros desses veículos estão dispensados da utilização do cinto de segurança e consequentemente do dispositivo de retenção para crianças.

A Resolução 277 do Contran foi publicada em junho de 2008, definindo o prazo de dois anos para a adequação com a previsão de início da fiscalização a partir de 9 de junho de 2010. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as crianças até dez anos devem ser transportadas obrigatoriamente no banco traseiro.

Disponível em <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2010/06/contran-adia-para-1-de-setembro-inicio-da-exigencia-da-cadeirinha.html>>. Acesso em 8 jun 2010.

QUESTÃO 21

Em "De 7 anos e meio a 10 anos, é preciso estar no banco de trás com cinto", a oração destacada é

- (A) subordinada substantiva subjetiva.
- (B) subordinada adverbial concessiva.
- (C) subordinada substantiva objetiva direta.
- (D) subordinada adverbial condicional.
- (E) subordinada substantiva predicativa.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta a função sintática correta das expressões destacadas.

- (A) "...em relação ao assento..." (objeto indireto)
- (B) "...apurar a ilegalidade..." (objeto direto)
- (C) "No caso dos táxis, o órgão..." (adjunto adverbial)
- (D) "...exigência da cadeirinha..." (complemento nominal)
- (E) "Os ônibus estão fora da lista..." (sujeito)

QUESTÃO 23

Todas as palavras abaixo apresentam cinco letras e cinco fonemas, **EXCETO**

- (A) anos.
- (B) estar.
- (C) cinto.
- (D) prazo.
- (E) bebês.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que não apresenta dígrafo.

- (A) Setembro
- (B) Conselho
- (C) Junho
- (D) Escolares
- (E) Assento

QUESTÃO 25

Em “O Contran afirma que a obrigatoriedade em veículos escolares será estudada para futura regulamentação, no entanto, não há prazo.”, a expressão em destaque introduz

- (A) uma conclusão.
- (B) uma adição.
- (C) um contraste.
- (D) uma explicação.
- (E) uma alternância.

QUESTÃO 26

São mantidas a correção gramatical e o sentido original do texto somente se for substituída

- (A) a expressão trás pela expressão traz, em “... bebês de até um ano devem usar bebê conforto no banco de trás.”
- (B) a expressão de acordo pela expressão consoante, em “De acordo com o órgão, a falta do produto...”.
- (C) a expressão pelas pela expressão por causa das, em “Pelos novas regras, bebês de até um ano devem usar...”.
- (D) a forma verbal têm pela forma verbal tem, em “Esses assentos não têm encosto...”.
- (E) a expressão por causa pela expressão em virtude, em “Órgão mudou data por causa da falta de cadeirinhas...”.

QUESTÃO 27

No caso dos táxis, o órgão argumenta que a tendência no Brasil é não incluir esses veículos na obrigatoriedade, devido à própria dificuldade deles utilizarem o equipamento, já que transportam passageiros diversos.

A única alternativa que apresenta uma reescrita do conteúdo do fragmento acima com atendimento à norma padrão e ao sentido original é

- (A) O órgão argumenta que o Brasil tende a não incluí-los na obrigatoriedade, como os táxis transportam passageiros diversos, eles têm dificuldade em utilizar o equipamento.
- (B) O órgão argumenta que o Brasil tende a não incluir os táxis na obrigatoriedade, em razão da própria dificuldade de eles utilizarem o equipamento, dado que transportam passageiros diversos.
- (C) O Brasil tende a não incluir os táxis na obrigatoriedade, por que eles têm dificuldade em utilizar o equipamento, pois transportam passageiros diversos.
- (D) Os táxis transportam passageiros diversos, o que dificulta a utilização do equipamento, fazendo que o órgão argumente que o Brasil não deve incluí-los na obrigatoriedade.
- (E) Os táxis transportam passageiros tão diversos e têm tanta dificuldade em utilizar o equipamento que o órgão argumenta que o Brasil tende a não incluí-los na obrigatoriedade.

QUESTÃO 28

Em todas as alternativas abaixo a expressão destacada foi substituída corretamente pela expressão entre parênteses, EXCETO em

- (A) “...os passageiros fiquem em pé, assim os passageiros desses veículos estão dispensados...” (desse modo)
- (B) “O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo...” (das)
- (C) “...o **G1** constatou que alguns produtos estavam em falta por conta do início da exigência...” (devido ao)
- (D) “A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores...” (senão)
- (E) “...conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade...” (a respeito da)

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao emprego dos sinais de pontuação empregados no texto 2.

- (A) Em “De acordo com o presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, foi constatada maior carência dos equipamentos no mercado em São Paulo...” as vírgulas isolam o aposto do termo fundamental.
- (B) Em “O órgão instaurou, no último dia 31 de maio, um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução por excluir alguns tipos de veículos da obrigatoriedade.” as vírgulas isolam um adjunto adverbial.
- (C) Em “A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade do uso dos equipamentos” a vírgula é obrigatória, pois separa orações coordenadas.
- (D) Em “Os ônibus estão fora da lista pelas próprias regras do Código Brasileiro de Trânsito, que permite que em veículos de transporte...” a vírgula após o primeiro ‘que’ é obrigatória, ao passo que após o segundo ‘que’ é facultativa.
- (E) Em “O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo, de aluguel, de transporte autônomo...” as vírgulas são obrigatórias, pois separam elementos de mesma função sintática.

QUESTÃO 30

Em todas as alternativas abaixo a substituição da expressão destacada está correta gramaticalmente, EXCETO em

- (A) “...prazo para exigência da cadeirinha em automóveis...” (exigir a cadeirinha em automóveis...)
- (B) “...a criança fique na altura adequada para utilizar o cinto de segurança. (utilização do cinto de segurança.)
- (C) “O uso dos dispositivos de retenção para transporte de crianças...” (transportar crianças...)
- (D) “...um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução...” (apuração da ilegalidade da resolução...)
- (E) “...prazo de dois anos para a adequação com a previsão...” (adequar a previsão de início da fiscalização...)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 31

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto, cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias da competência do Município, especialmente sobre

- I. o sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas.
- II. plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública.
- III. fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal.
- IV. planos e programas municipais de desenvolvimento.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I, II e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta. A Lei Orgânica do Município de Santo Augusto poderá ser emendada mediante proposta de _____, no mínimo, dos membros da Câmara e do Prefeito Municipal. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, _____ dos votos dos membros da Câmara.

- (A) dois terços / um terço
(B) um terço / dois terços
(C) metade / dois terços
(D) três quintos / metade
(E) maioria absoluta / um terço

QUESTÃO 33

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto

- I. o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais.
- II. a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito dar-se-á mediante pleito direto e simultâneo de conformidade com a Legislação Federal.
- III. em caso de impedimento simultâneo do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou de vacância de ambos os cargos, será chamado a exercer o cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.
- IV. o Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a dez dias consecutivos, sob pena de perda do cargo.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I, II e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 34

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Municipal nº 1692/2003, o serviço público centralizado no Executivo Municipal é integrado pelos seguintes quadros:

- I. quadro dos cargos de provimento efetivo.
- II. quadro dos cargos em comissão e funções gratificadas.
- III. quadro dos cargos dos prestadores de serviços terceirizados.
- IV. quadro dos cargos dos funcionários prestadores de serviços não remunerados.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas I, II e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta. Para os efeitos da Lei Municipal nº 1692/2003, considera-se Carreira

- (A) o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada.
- (B) o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de padrões e classes.
- (C) o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção.
- (D) a identificação numérica do valor do vencimento da categoria funcional.
- (E) a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

QUESTÃO 36

De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objetivo a prática ou a abstração de atos nela prevista, no interesse da Fazenda Municipal.
- (C) Obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- (D) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida neste código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do município.
- (E) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária do Município, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

QUESTÃO 37

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002), nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis

- I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- II. os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- III. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
- IV. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

Analisar as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 03/2009, a Secretaria Municipal de Finanças é responsável pela gestão financeira e tributária do Município. São competências desta Secretaria:

- I. dirigir e executar as políticas e a administração tributária, fiscal, econômica e financeira do Município.
- II. auxiliar na elaboração das leis orçamentárias do Município.

III. desenvolver sistemas de processamento de dados, contribuindo para a modernização e melhoria da gestão administrativa e do atendimento.

IV. promover o equilíbrio entre receita e a despesa para garantir o desenvolvimento da cidade e a qualidade na prestação de serviços.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Municipal n.1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo nomeado.
- II. Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.
- III. A posse e o exercício devem ocorrer simultaneamente na mesma data.
- IV. O nomeado terá o prazo de até trinta dias contados da data de sua ciência ou da publicação do ato de nomeação, para tomar posse e entrar em exercício do cargo.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei Municipal n.1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após

- (A) um (01) ano de efetivo exercício.
- (B) dois (02) anos de efetivo exercício.
- (C) três (03) anos de efetivo exercício.
- (D) quatro (04) anos de efetivo exercício.
- (E) cinco (05) anos de efetivo exercício.

